O ENSINO DE SOCIOLOGIA NOS TERMOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA

Isadora Barreto Paiva[1]
Susana Vasconcelos Jimenez[2]

RESUMO: O presente artigo partiu de um estudo monográfico que traz uma análise introdutória, fundamentada na crítica ontológica, do ensino da Sociologia no nível médio em escolas públicas brasileiras. Especificamente aqui, nos detivemos em expor o objeto em questão a partir de uma análise das determinações e dos encaminhamentos dados pelos documentos oficiais que abordam questões atinentes ao ensino de Sociologia, quais sejam: os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+). Percebemos, a partir da referida análise, que os paradigmas vigentes para o ensino de Sociologia nas escolas públicas brasileiras vem causando a perda de seu caráter de fazer com que os alunos se apoderem de uma perspectiva crítica. Verificamos, então, que tal ensino vem passando por um processo de obedecer, cada vez mais, à lógica capitalista de negação do conhecimento, a partir de mecanismos de alienação dos estudantes das escolas públicas, potenciais trabalhadores da classe operária.

PALAVRAS-CHAVE: Sociabilidade capitalista. Educação. Ensino de Sociologia.

ABSTRACT: The present paper came from a monographic study which brings an introductory analysis, based on ontological criticism, about the Sociology teaching at medium level in Brazilian public schools. Specifically here, we detained ourselves to expose the object in question since an analysis of the determinations and the guidings given by the official documents that broach subjects related to the Sociology teaching, which are: the National Curricular Parameters of Medium Level (PCNEM) and the Complementary Educational Orientations to the National Curricular Parameters (PCN+). We realized, since the referred analysis, that the current paradigms to the sociology teaching at public Brazilian schools has been causing the loss of its character of doing the students have a critical perspective. We verified, then, that this teaching has been passing by a process of obedience, each time more, to the capitalistic logic of denying the knowledge, by mechanisms of alienation of the students from public schools, workmen in potential.

KEY-WORDS: Capitalistic sociability. Education. Sociology teaching.

[1] Mestra em Educaçãoo pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Graduada em Ciências Sociais (bacharelado) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). É pesquisadora-colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO/UECE). Foi bolsista de mestrado da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

[2] Doutora em Educação pela Alliant International University e pós-doutorado em educação pela UNICAMP, realizado sob a supervisão do Professor Dermeval Saviani. Mestra em Educação pela San Diego State University e graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. É professora aposentada da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Diretora Emérita do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO/UECE). Coordena o Grupo de Pesquisas Trabalho, Educação e Luta de Classes. É editora da Revista Eletrônica Arma da Crítica.

1 Introdução

No presente artigo, intentamos analisar como agem os mecanismos das determinações curriculares de ensino no Brasil a partir, especialmente, das análises de documentos relacionados ao ensino da Sociologia, este tendo sido tornado obrigatório em escolas públicas, a partir de junho de 2008, pela Lei número 11684.

O estudo ora exposto se faz pautado numa crítica ontológica, que, fundamentada em Marx, traça, de maneira radical, as especificidades do objeto relacionando-o à realidade como um todo.

Isto posto, deixamos clara, aqui, a importância de compreendermos o trabalho como base dinâmico-estruturante do ser social, a partir do qual se desenvolvem todos os outros complexos sociais, inclusive a educação, aqui em voga mais diretamente, a partir das possibilidades externadas pelo trabalho. Têm tais complexos sociais, portanto, dependência ontológica com o trabalho, pois surgiram e se desenvolveram a partir dele, e autonomia relativa, já que se diferenciaram do trabalho e são – aparentemente – independentes.

Sinteticamente, o trabalho, então, é a possibilidade, única ao homem dentre todos os animais, de produzir o novo, a partir da sua capacidade teleológica de idear previamente o que está para ser realizado. Tal capacidade é provida pelo necessário contato do ser humano com os outros membros da sua espécie, o que o torna, assim, membro do gênero humano. As capacidades do ser humano como ser social não são dadas, outrossim, pelas determinações biológicas, mas pelo aprendizado possibilitado pelo desenvolvimento do trabalho, desenvolvimento esse que, ao longo dos milênios, dá ao ser social a capacidade potencial equivalente à dos outros indivíduos, de acordo com o momento histórico em que se encontram.

Na sociabilidade capitalista, dadas as suas características de exploração do trabalhador em prol do fim último almejado pelos grandes capitalistas que é o lucro, temos nos deparado com o fenômeno contraditório cada vez mais aprofundado de que o trabalhador não se realiza no seu ato de trabalho. Ao contrário, ele se vê obrigado a trabalhar unicamente para satisfazer às suas necessidades biológicas a partir da mediação do salário que recebe. Isto porque, diferentemente do trabalho ontologicamente compreendido, - a partir do qual o homem sempre desenvolve suas capacidades e, ao longo dos milênios, foi o que permitiu o estágio tecnológico de então, em todos os sentidos -, na sociabilidade capitalista, o homem, enquanto operário, executa mecânica e repetitivamente o mesmo trabalho durante anos em vistas da

satisfação das suas necessidades biológicas – e somente elas, que, diga-se, dadas as possibilidades limitadas de aquisição de bens, beiram as necessidades animais, já que a estes indivíduos não é possibilitada em grande medida a execução de atividades que os elevem enquanto seres plenamente humanos.

Dito isso, não podemos deixar de mencionar o caráter da educação dentro da sociabilidade capitalista. Primordialmente, a educação tem a função de, como vimos, repassar o conhecimento historicamente acumulado aos novos indivíduos humanos, desde épocas remotas. Atualmente, encontra-se profundamente atrelada às imposições capitalistas de preparar os indivíduos para atuar no mercado de trabalho, sob um discurso falacioso de que quanto mais o indivíduo se gabarita, mais chances tem de barrar individualmente os danos trazidos pelo desemprego. E o que ocorre é que, cada vez mais, se compra cursos de aperfeiçoamento e qualificação do trabalhador, que, na verdade, não passam de mecanismos de aprofundar a alienação sofrida por ele, que se torna acrítico do processo em que está inserido, além de mera mercadoria servidora do capital.

2 Esboço das peculiaridades das práticas educacionais vigentes

Duarte (2005) discorre acerca da mercantilização do ensino, um dos principais mecanismos de alienação do trabalhador, que é permeada de características peculiares.

A supervalorização da prática em detrimento da teoria é, segundo o autor supracitado, um reflexo da mercantilização do ensino. Para Duarte (2005), a formação de professores deve ser baseada em cursos com conteúdos mais ricos, com alto nível cultural, que permitam que sua formação seja mais sólida. Tal formação deveria ser essencialmente baseada no que ele chama de disciplinas científicas clássicas, como Filosofia, História etc., que oferecem uma formação baseada nos fundamentos da Educação. Para Duarte, o professor precisa ser, antes de tudo, um intelectual que domine uma vasta e aprofundada cultura intelectual. Ele defende que os alunos devem ser formados de maneira a se tornarem aptos a refletir e a lutar por uma sociedade em que o conhecimento seja transmitido a todos os indivíduos de um modo mais elevado e mais evoluído. Este processo se aplica, dentre outros, à formação de professores sociólogos, como veremos adiante.

Ainda sobre a desvalorização das teorias, Duarte (2005) aponta o incentivo que é dado ao aluno, tanto de nível superior como de nível médio, a buscar conhecimentos a partir da própria curiosidade e dos próprios interesses e não mais a aprender a partir das teorias que a instituição de ensino considera importante transmitir.

Outro reflexo desse processo é a supervalorização da pesquisa empírica, pois as políticas neoliberais de educação, segundo Duarte (2005), defendem que é mais valioso que os alunos aprendam por si mesmos do que através de uma transmissão de conhecimentos educativa e intencional.

O ensino à distância é mais um exemplo de que o conhecimento nos é negado.

Também é notável a transmissão, pelas instituições de ensino, de muitas informações pontuais, fragmentadas, o que não promove conhecimento aprofundado sobre determinado assunto. Para Duarte, entretanto, "adquirir conhecimento significa adquirir um todo conceitual estruturado de maneira coerente..." (DUARTE, 2005, p. 7).

Já ao trabalhador é ensinado que ele se utilize do conhecimento tácito ("um saber fazer oriundo da prática..." (DUARTE, 2005, p. 5)), anteriormente utilizado por ele como instrumento de resistência e luta contra a exploração do patrão e que agora foi incorporado às obrigações de que o trabalhador necessita para gerar o aumento da produtividade dentro da empresa onde trabalha, já que é através desse conhecimento que o trabalhador deve colocar toda a sua inteligência a serviço de ações que antecipem tudo o que possa retardar a produção ou aumentar os custos de produção etc.

3 Uma crítica ao conceito atual de cidadania

Para a fundamentação correta do cerne de nosso ensaio, que é a crítica do ensino de Sociologia, baseada em uma análise das determinações curriculares para as escolas públicas de nível médio brasileiras, faz-se necessário nos apropriar, brevemente, das mediações que estão implícitas quando se fala em cidadania como algo plenamente justo e igualitário, já que é freqüente o uso desse termo nos referidos documentos.

O conceito de cidadania foi apropriado pelos discursos do capital e da democracia. Outrossim, já podemos afirmar que tal conceito é contraditório. Isso porque a cidadania (conceito inaugurado pelos gregos e utilizado por eles com um caráter distinto do caráter que porta hoje) é, hoje, "forma política de reprodução do capital" (TONET, 2007, p. 30). Também segundo Tonet (2009a e 2009b), ela é uma forma de liberdade muito importante, porém limitada. Ser cidadão é ser "apenas formalmente livre, igual e proprietário" (TONET, 2009, p. 3). Por mais direitos que a cidadania garanta ao cidadão e por mais que ela permita aperfeiçoamentos, as desigualdades sociais postas pelo capital e que afetam as bases da sociedade não podem por ela ser eliminadas nem podem tornar os homens realmente iguais, como o discurso proclama. Tonet (2009, p. 4, grifos do autor) assevera que

> a condição de cidadão é exatamente expressão e instrumento de reprodução da cisão (vida privada X vida pública) que se operou e continua a operar-se no homem como resultado da sociabilidade regida pelo capital.

Quando se proclama o ideal de que todos os seres humanos sejam plenamente cidadãos, entendemos que se proclama a manutenção dessa cisão e, conseqüentemente, a manutenção da exploração do homem pelo homem.

É negada à maior parte dos seres humanos a oportunidade de perceber o fato de que se os direitos do cidadão, exaustivamente aclamados pelo discurso vigente, fossem uma realidade efetiva não poderiam ser denominados direitos, tendo em vista que seriam tidos como fenômeno natural.

Marx, nas Glosas Críticas, citado por Tonet (2009a e 2009b), afirma que a distância que separa o homem do cidadão é tão infinita quanto a distância que separa a vida humana da vida política.

Tonet (2007, p. 30) reconhece a importância que a cidadania "teve e tem no processo de autoconstrução do ser social", porém reconhece, também, que ela é largamente utilizada pelo discurso vigente, configurando-se, portanto, como "*expressão e condição* de reprodução da desigualdade social e, por isso, de desumanização" (TONET, 2009a, p. 3, grifo do autor).

Tonet (2009b) assevera, ainda, que cidadania é uma forma de liberdade, que, no entanto, é histórica e particular; a única possível sob a regência do capital, não sendo, porém, de forma alguma, o horizonte máximo para a humanidade.

4 O ensino de Sociologia nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Analisaremos, aqui, sob a ótica da crítica marxista, documentos que se propõem a dar aos professores e às escolas brasileiras direcionamentos de quais conteúdos e como ensinar aos alunos do Ensino Médio, com enfoque para os documentos que expõem, com maiores especificidades, direcionamentos relacionados ao ensino da Sociologia, quais sejam: os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+).

Os PCNEM abordam a Sociologia a partir da generalidade das Ciências Sociais, que englobam Sociologia, Antropologia e Política, enquanto que as PCN+ discorrem acerca do ensino da Sociologia, lidando com sua proximidade com outras ciências humanas, principalmente a Antropologia, a Política, o Direito, a Economia e a Psicologia, sendo freqüente, também, a menção à Filosofia como uma ciência próxima da Sociologia, não só

pelas PCN+, mas por todos os outros documentos que apenas citam, porém não entram nos méritos específicos da Sociologia.

Ambos os documentos (os PCNEM e as PCN+) apontam "competências e habilidades" a serem desenvolvidas a partir do ensino da Sociologia, que podem ser interpretados como objetivos a serem atingidos pelos alunos com base nos estudos da referida ciência. São eles, em seus campos:

> **Representação e comunicação**
> • Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum.
> • Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas.
> **Investigação e compreensão**
> • Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas", nas relações interpessoais com os vários grupos sociais.
> • Construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do "marketing" enquanto estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor.
> • Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual.
> **Contextualização sócio-cultural**
> • Compreender as transformações no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigida, gerados por mudanças na ordem econômica.
> • Construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos (PCNEM, 2000, parte IV, p. 43 e PCN+, 2002, p. 89-91).

Com relação ao primeiro campo, "representação e comunicação", as PCN+ afirmam que, a partir do seguimento das determinações pelo campo estabelecidas, "o aluno estará mais gabaritado para analisar a realidade social dentro de princípios científicos e, também, mais capacitado para atuar como um agente de mudança social" (PCN+, 2002, p. 90). Aqui, com base na concepção marxiana, podemos concordar que o aluno poderá se tornar mais propenso a analisar corretamente a realidade social, dependendo de qual ou quais pressupostos teóricos sejam abordados em sala de aula, embora saibamos que uma educação pautada, em última instância, pelas determinações do Banco Mundial não possa verdadeiramente dar subsídios à correta análise da realidade social. Discordamos, porém, da afirmação de que, através do estudo da Sociologia, o aluno possa se tornar capaz de atuar como um agente de mudança social, pois tal transformação só se dará em nível mundial, como assevera Tonet (2002). Uma

pequena modificação pontual não muda, em nada, o cerne da sociabilidade capitalista, cada vez mais marcada por desigualdades, que não têm como deixar de existir, senão, através do advento de uma nova forma de sociabilidade, superior ao capitalismo; a sociedade emancipada.

No que concerne ao segundo campo, "investigação e compreensão", de acordo com as PCN+, através dele, o aluno estaria apto à "decodificação da complexa realidade social, levando-o a assumir atitudes mais críticas e atuantes na comunidade" (PCN+, 2002, p. 90). O documento aponta a contribuição da Antropologia e, ainda, a interdisciplinaridade com a História, a Arte, a Geografia etc., na execução de atividades que se voltem para a investigação e a compreensão científicas do cotidiano dos alunos e das comunidades das quais fazem parte. O documento afirma que, concomitantemente, o instrumental teórico e científico das ciências humanas deve ser apresentado, discutido e apropriado pelo estudante. Segundo o documento, esse campo permite "inúmeras possibilidades de fazer o aluno o protagonista das atividades pedagógicas" (PCN+, 2002, p. 90). Novamente, aqui, recorre-se à afirmação de tornar o aluno capaz de analisar a realidade social. Com relação à possibilidade de interdisciplinaridade, concordamos com a importância disso para o aprendizado, visto que, cada vez mais, as ciências são separadas, fragmentadas e especificizadas. O processo inverso pode, então, fazer com que o aluno perceba, ainda que minimamente, que tudo está relacionado a uma realidade maior, a uma totalidade. No que diz respeito a "fazer o aluno o protagonista das atividades pedagógicas", ressaltamos o cuidado que se deve ter acerca desse procedimento e, para isto, citamos Duarte (2005), que assevera ser condenável a predominância desse tipo de prática (inserida nas determinações pedagógicas do "aprender a aprender"[3]) no aprendizado escolar, pois é justamente através do processo de fazer com que as atividades escolares sejam guiadas pelos interesses, necessidades, expectativas do cotidiano dos alunos que o capital age de forma a condicionar os futuros trabalhadores a desenvolver, por excelência, seu conhecimento tácito, em detrimento do conhecimento teórico, já que é através do conhecimento tácito que o trabalhador aprende a antecipar-se a tudo o que possa vir a retardar a produção, ou aumentar os custos de produção etc., conforme Duarte (2005).

Quanto ao terceiro campo, "contextualização sociocultural", é dito que

[3] As pedagogias do aprender a aprender, como bem denominou Newton Duarte de forma genérica, são: a Pedagogia do Professor Reflexivo, também chamada de Epistemologia da Prática, a Pedagogia das Competências, o Construtivismo, entre outras. Todas elas consistem fundamentalmente em uma formação que dê mais importância ao conhecimento construído a partir da reflexão sobre a prática profissional em detrimento do estudo das disciplinas científicas clássicas, que permitem a apropriação dos fundamentos da Educação.

> A contextualização do sistema social brasileiro, estruturado em classes sociais, excludente e concentrador de renda e de poder, vai permitir a elaboração de variadas atividades pedagógicas. (...) Mas, o professor e o aluno poderão avançar ainda mais, se forem criadas oportunidades de atuação cidadã, isto é, se o aluno puder protagonizar a mudança, mesmo que pequena, viabilizando o exercício da cidadania dentro ou fora da Escola (PCN+, 2002, p. 91).

Aqui, a interpretação das PCN+ converge com a nossa somente no sentido de que há desigualdade de classes. Porém, novamente, se afirma a possibilidade de mudança feita na sociedade, através do aluno. Como já dissemos, isso é impossível. Acrescentamos, entretanto, a possibilidade de execução de atividades educativas emancipatórias, como diz Tonet (2007), que vão no sentido de formar indivíduos comprometidos (teórica e praticamente) com a luta pela construção de uma outra sociabilidade. Vale frisar que tais atividades não são, de forma alguma, o que os documentos propõem. Com relação ao termo "cidadã" (e seus variantes), exaustivamente recorrente não só nas PCN+ e nos PCNEM, mas também na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e nas DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) quando a Sociologia é abordada, é necessário nos reportarmos à discussão presente no item supra deste ensaio, que trata da crítica à concepção de cidadania.

Saindo da análise das competências e habilidades, apregoadas pelas PCN+ e pelos PCNEM, e partindo para tópicos mais gerais abordados pelos documentos acerca do ensino da Sociologia na escola básica, constatamos a repetitividade das afirmações contidas nos documentos. Novamente, as PCN+ afirmam a importância de uma "investigação social a partir das questões do **cotidiano**" e completam que "os temas dessa investigação, que **devem ser de interesse do educando**, receberão a orientação e o encaminhamento teórico e metodológico do professor" (PCN+, 2002, p. 91, grifos nossos).

Novamente com relação à cidadania, de acordo com as PCN+, "um dos conceitos estruturadores da Sociologia atual é o de *cidadania*" (PCN+, 2002, p. 88, grifo do autor), e, segundo os PCNEM, "a Lei 9394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio" (PCNEM, 2000, parte IV, p. 37), e, ainda, conforme as DCNEM, "as propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania" (DCNEM, 1998, p.7). Além de associar o termo "cidadania", à Sociologia, as PCN+ associam a Sociologia à "procura de uma sociedade mais justa e solidária" (PCN+, 2002, p. 88), desconhecendo o fato de que, na sociabilidade vigente, a tendência é o

aprofundamento das desigualdades sociais, sendo, portanto, impossível humanizar o capital, pois, como assevera Mészáros (2000), enfrentamos uma crise estrutural do capital, que difere das crises cíclicas, passageiras. Essa crise afeta as esferas econômica, política e social. Ela é inerente à estrutura de reprodução do capital. A impossibilidade de humanizar o capital, porém, independe da existência de tal crise, mas depende, outrossim, da própria lógica de reprodução do capital, cujas desigualdades são intrínsecas a ele. A crise apenas acelera a agudização dessas desigualdades.

As DCNEM apontam para que o ensino da Sociologia no Ensino Médio forneça instrumentais teóricos para o entendimento, pelo aluno, do "processo de mundialização do capital, em correspondência com as sucessivas revoluções tecnológicas" (PCNEM, 2000, parte IV, p. 37), antecipado pelo reforço de que cabe à Sociologia dotar o aluno de capacidade para decodificar a complexidade da realidade social, finalidades estas que, ao nosso ver, não sucederão, em função do falso interesse que os encaminhamentos educacionais têm de permitir que o aluno faça isso, pois, do contrário, a lógica capitalista, com todas as suas contradições estaria ameaçada.

Com relação ao trabalho, fundante do ser social, ou da sociedade, os PCNEM não discorrem com clareza. Primeiramente, afirmam que "no intuito de explicitar melhor o conceito de sociedade, tomamos a relação social como unidade elementar" (PCNEM, 2000. parte IV, p. 38). Posteriormente, os PCNEM se apóiam em Peter e Brigite Berger, que "analisam a linguagem como sendo a instituição fundamental da sociedade, que permite a objetivação, a interpretação e a justificação da realidade" (PCNEM, 2000, parte IV, p. 40). Mais absurdamente, o mesmo documento cita que

> uma dimensão importante para a compreensão da cultura é a do trabalho, enquanto dimensão material envolvida na regulação das relações sociais, que também gera significados, ou seja uma dimensão conceitual. **O trabalho é um fato cultural**. Nesse sentido, tanto a produção quanto o seu produto têm significado na cultura (PCNEM, 2000, parte IV, p. 39, grifo nosso).

A partir da análise das três interpretações, podemos perceber que os elaboradores dos PCNEM desconhecem ou são indiferentes à concepção marxiana de que o trabalho é a categoria fundante do ser social: é a partir do trabalho que o ser humano se diferencia dos outros animais, pois o trabalho humano sempre evolui qualitativamente, enquanto que o trabalho dos outros animais continua o mesmo de milênios atrás. Como diz a clássica citação

de Marx, "o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade" (MARX, 2002, p. 211-212).

Com relação aos outros autores clássicos da Sociologia (Max Weber e Émile Durkheim), além do próprio Karl Marx, importantes para o entendimento das relações sociais, processo tão aclamado pelos discursos dos documentos, e importantes para a compreensão do processo histórico de surgimento da Sociologia, o único documento a mencioná-los são os PCNEM, embora muito superficialmente.

Quanto à concepção de Estado que os documentos pretendem repassar aos alunos, a partir do ensino da Sociologia, os PCNEM, ainda que timidamente, não podem deixar de concordar, embora com outras palavras, que o Estado sustenta o capital:

> dentro do campo do Direito, da Política e da própria Economia, o conceito de **Estado** aparece enquanto uma instância que, ao mesmo tempo, racionaliza a distribuição do poder legítimo dentro de uma nação e desenvolve sistemas econômicos complexos para distribuir bens, muitas vezes de maneira desigual (PCNEM, 2000, parte IV, p. 41).

O documento sugere, então, que o estudo acerca do Estado se dê através de uma análise das diversas teorias sobre sua origem e finalidade e de uma comparação das formas históricas de Estado com o Estado brasileiro atual, abordando, ainda, uma reflexão concernente à relação entre Estado e sociedade.

Os PCNEM afirmam o cotidiano como uma categoria significativa no Ensino Médio, partindo da importância dada às experiências culturais dos alunos para construir o conhecimento científico. Novamente, aqui, recorremos às contribuições de Duarte (2005) para embasar nossa crítica a essa concepção. Duarte assevera que, cada vez mais, os conteúdos fundamentados em teorias têm deixado de ser ensinados em prol de um ensino aligeirado, que enfatiza a prática, a busca, pelo próprio aluno, de objetos de estudo do seu interesse, em prejuízo de teorias que as instituições escolares considerem importante repassar.

No que concerne à prática escolar propriamente dita, as PCN+ elegem quatro eixos temáticos que devem ser abordados durante as aulas de Sociologia do Ensino Médio: "indivíduo e sociedade", "cultura e sociedade", "trabalho e sociedade" e "política e sociedade" e descrevem procedimentos a serem realizados em sala de aula com respeito a cada um. Tais procedimentos não diferem muito do que já foi debatido por nós até aqui acerca dos documentos.

No primeiro eixo, chama a atenção a afirmação de fazer com que o aluno traga sua vivência, analise teorias e **construa conhecimentos**. Novamente, há a valorização ao "aprender a aprender", através do qual o aluno é incitado a buscar e a criar, não tendo significativa importância as teorias clássicas e que melhor explicam a realidade nem o professor, cujo papel é, a cada dia, mas desvalorizado (o professor está deixando de ser um importante transmissor de conhecimentos para se tornar um mero facilitador de atividades pedagógicas na escola). É de chamar a atenção, também, a afirmação de que "seria interessante o professor mostrar as diferenças entre sistemas políticos democráticos e autoritários, para que o aluno valorize as estruturas participativas de poder" (PCN+, 2002, p. 94). Não há, em momento algum, nos documentos, uma mínima menção à superação da sociabilidade vigente, e, embora seja reconhecido por vários teóricos, dentre eles Marx e seus intérpretes, que uma estrutura social como o capitalismo atual, no qual, pelo menos no discurso, há a vigência de uma estrutura participativa de poder, sabemos que é completamente plausível a afirmação de que é possível superar a sociabilidade capitalista, contraditória e desigual, para dar lugar a uma sociabilidade mais evoluída.

Com relação ao eixo "cultura e sociedade", além da afirmação já discutida de possibilidade de mudança social por dentro do sistema capitalista, agora embasada por sugestões de compreensão da idéia de contracultura, ou reação às culturas hegemônicas e aos valores culturais dominantes, o que não passa de um discurso falacioso, é indagado se, através do estudo da Sociologia, é possível ao aluno "enfrentar o poder manipulador da propaganda e do consumismo" (PCN+, 2002, p. 94), ao que respondemos, com base nos nossos estudos marxistas, que a lógica que rege a alusão e a persuasão ao consumismo exacerbado é a mesma lógica que rege o ensino que é aqui proposto; um ensino que apregoa a compreensão e o exercício da cidadania como ponto máximo de evolução das relações sociais. O discurso do documento ainda aponta que

> o aluno deve perceber como as atitudes consumistas são frutos da alienação provocada pela valorização dos bens materiais. O individualismo, a competição desenfreada e a felicidade na posse são causas do consumismo e conseqüências da alienação (PCN+, 2002, p. 95).

É relevante, aqui, apontar que a valorização dos bens materiais existe independentemente da forma de sociabilidade e do apelo à utilização destes, já que, para sobreviver biologicamente, o homem necessita de recursos materiais (água, comida, roupa, abrigo ferramentas etc.). O que é ignorado, porém, é o fato de que o consumismo, o

individualismo, a competição desenfreada, a felicidade na posse etc. são valores criados, em última instância, como mecanismos para atender às necessidades de geração de lucros dos proprietários dos meios de produção.

É muito interessante, surpreendente e convergente com nosso entendimento a abordagem do terceiro eixo, "trabalho e sociedade", que aponta que

> a verificação do funcionamento dos vários modos de produção, ao longo da história, é um tema que o professor de Sociologia não pode deixar de apresentar e de debater com seus alunos. O aluno deve ser capaz de identificar, analisar e comparar os diferentes modos de organização do trabalho e de perceber sua importância para as outras estruturas sociais (PCN+, 2002, p. 96).

Há uma consciência, ainda que talvez involuntária, por parte das determinações do documento, da importância dos rebatimentos históricos na forma de sociabilidade atual, assim como da relevância de se compreender a totalidade. Entretanto, mais adiante, aponta-se que "levar o aluno a perceber as estreitas relações entre profissionalização e possibilidades de mobilidade social é um dos objetivos desse tema" (PCN+, 2002, p. 96). Com relação a isso, concordamos que a busca constante por qualificação profissional, na nossa sociabilidade, seja o principal caminho a ser perseguido por quem vislumbra atingir um patamar superior de situação financeira, porém devemos ressaltar que tal discurso é, ao mesmo tempo, ilusório, pois são poucas as pessoas que realmente conseguem elevar-se de classe social, visto que é intrínseco à sociabilidade vigente haver um grande contingente excluído do acesso às benesses do capital (um exército de reserva), ainda que grande parte desse contingente esteja qualificado de acordo com o que prega o discurso capitalista.

No que concerne ao último eixo, "política e sociedade", chama a atenção a afirmação de que

> movimentos sociais das minorias sexuais, étnicas e religiosas, dos pacifistas, dos ecológicos e dos estudantes, dos sem-terra e dos favelados, dos operários e dos jovens urbanos etc., são exemplos que vão motivar os grupos de alunos a realizar pesquisas científicas de investigação do entorno social (PCN+, 2002, p. 97).

Ignora-se a concepção de que todos esses grupos sociais[4] e os problemas atrelados a eles advêm de um problema maior e próprio do capitalismo: as classes sociais, cuja

[4] Optamos, aqui, por não utilizar o termo "minorias", como o documento sugere, mas "grupos sociais", por compreender que o termo sugerido pelo documento está carregado de preconceito, pois intenta, com isso, desqualificar ou inferiorizar a importância que tais grupos têm dentro da sociedade, fazendo, ainda, crer que são menores do que realmente o são.

explicação está acima das explicações acerca de tais grupos sociais, que, por sua vez, não remetem a uma totalidade. O problema das classes sociais, sim, remete a uma totalidade.

Podemos resumir, outrossim, os encaminhamentos da disciplina Sociologia a serem trabalhados com os alunos de Ensino Médio, a partir das determinações dos documentos estudados, da seguinte maneira:

> no atual estágio de desenvolvimento da sociedade globalizada, é no tempo e no espaço da Educação Básica que valores universais como cidadania, consciência ecológica, direitos humanos, democracia e solidariedade, por exemplo, devem ser analisados e vivenciados pelo aluno. São princípios que vão romper com os círculos de desigualdade e de preconceitos que ainda dividem e denigrem a humanidade e, em particular, a sociedade brasileira (PCN+, 2002, p. 89).

A partir das afirmações supracitadas, podemos, então, perceber a mudança do caráter primordial da Sociologia, que era o de luta por uma sociedade onde vigorasse o socialismo, o qual os intelectuais de esquerda, de maneira geral, buscavam, para, submetendo-se ao discurso imposto pelas determinações de manutenção do capital, incorporar e fazer apologia a afirmações que dão à cidadania um viés de suposta emancipação, não se fazendo compreender que tal discurso é, na verdade, reprodutor da lógica vigente.

5 Considerações finais

O propósito inicial do ensino da Sociologia, - que era de tornar o aluno capaz de analisar historicamente os fenômenos sociais para se apropriar de suas peculiaridades além das aparências, possibilitando, ainda, que o aluno se tornasse crítico com relação aos processos contraditórios da sociedade –, tem se tornado de caráter meramente ilustrativo de fatos cotidianos e que têm a cidadania como ponto culminante de evolução que a humanidade possa atingir. Não permite, portanto, que o aluno possa analisar a sociedade em seu cerne, ou a partir de suas raízes, mas apenas de modo superficial e fragmentado.

Os documentos ora analisados, que dão os encaminhamentos da educação nacional, no caso da Sociologia, lançam propostas reprodutoras dessa lógica, atrelando o suposto caráter "libertador" da Sociologia a mecanismos que corroboram com a aceitação da cidadania, das pedagogias do "aprender a aprender", do estudo do cotidiano por ele mesmo, do protagonismo do aluno em detrimento do papel do professor, da ilusão de "contracultura", da suposta crítica ao consumismo, do discurso referente aos grupos vistos como minorias aos quais não se percebe relação com as questões de classe social etc., para se ter a ilusão de que tais discursos

podem auxiliar os alunos a atentar para a necessidade de pequenas mudanças no contexto em que vivem; mudanças tais que, quando realizadas, não se dão no âmbito da totalidade e, portanto, não são relevantes para uma real libertação, tão apregoada pelos discursos sociológicos, mas que, apenas, tangem o foco dos problemas para uma esfera menor, sob a ilusão de que, em se transformando um pouco, pode-se mudar a sociedade, mas ignorando-se que a totalidade tem determinantes preponderantes sobre o particular. Desse modo, no capital, as contradições só tendem a se aprofundar, razão pela qual é impossível a sua humanização.

Por outra via, nossos estudos com base ontológica apontam que é perfeitamente plausível uma sociedade emancipada, em que haja verdadeiramente a igualdade entre todos os indivíduos. Face ao caráter do trabalho que será inaugurado caso uma revolução em nível mundial, e que gere os elementos de gênese do comunismo, venha a ocorrer, não será mais o capital - e, em benefício dele, o Estado - que regerão as vidas de então. O trabalho terá um caráter de associado, em que todos serão detentores dos meios de produção, além do que todos trabalharão da forma mais plenamente humana, através da manifesta produção do novo, e não mais para atender a uma classe tida como superior, que, aliás, não mais existirá, pois serão extintos os motivos de haver classes sociais.

Ademais, todos terão acesso aos bens produzidos de acordo com a sua necessidade, e não mais de acordo com as possibilidades postas pelos detentores dos meios de produção de uma forma de sociabilidade desumana.

Tonet aponta que "[...] um dos princípios gerais mais fundamentais [no que concerne a uma possível sociabilidade emancipada] afirma que nenhum homem deve ser tratado como meio, mas apenas como fim" (TONET, 2002, p. 24).

Podemos afirmar, então que as possibilidades humanas não se encerram nos limites do capital. Numa referida forma de sociabilidade emancipada, cada indivíduo poderá se desenvolver plenamente como membro do gênero humano. Serão possíveis e interessantes para o todo que cada um exerça as atividades denominadas por Tonet (2002) de *atividades mais propriamente humanas*, que são atividades distintas do ato de trabalho, mas que elevam igualmente o espírito, quando realizadas, obviamente, no seu caráter mais genuinamente humano.

6 Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília: Conselho Nacional de Educação. 1998.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20/12/1996: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: Secretara de Educação Média e Tecnológica. 2000.

BRASIL. **PCN+ Ensino Médio**: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Secretaria da Educação Básica, MEC. 2002.

DUARTE, Newton. **Palestra proferida pelo professor Newton Duarte**. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Educação da UECE, 2005.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. v. 1. 20ª Ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. Educação para todos e a reprodução do capital. In: **Revista Perspectiva**. Santa Catarina: UFSC, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. et al. (Orgs.) **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

TONET, Ivo. **Cidadania ou emancipação humana?** Disponível em: < www.ivotonet.xpg.com.br >. Acesso em: 27/09/2009a.

TONET, Ivo. **Cidadão ou homem livre?** Disponível em: < www.ivotonet.xpg.com.br >. Acesso em: 27/09/2009b.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

TONET, Ivo. **Sobre o socialismo**. Curitiba: HD Livros Editora, 2002.